



33

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0004087-63.2014.8.17.0000 (0333329-7)
Comarca: Recife
Juízo: 2ª Vara do Júri
Impetrante: Osmário Pereira de Lima Júnior
Paciente: José Marcos dos Santos
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto de Castro Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. LEGÍTIMA DEFESA. CONHECIMENTO INVIÁVEL. PRISÃO. MANUTENÇÃO. MOTIVOS AUSENTES. INOCORRÊNCIA. RÉU. ESQUIVA À CITAÇÃO PESSOAL CERTIFICADA PELO MEIRINHO. FUGA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.

1. Inviável no estreito âmbito cognitivo do *habeas corpus* indagar sobre a ocorrência ou não de legítima defesa, face à necessidade de ampla dilação probatória, incompatível com a via *mandamus*.
2. O édito prisional se escora na conveniência da instrução criminal e na efetividade da aplicação da lei penal, tendo em vista que o réu não foi localizado pelo Oficial de Justiça para ser citado e também não respondeu ao chamado judicial quando citado por edital.
3. Ao negar o pleito de liberdade provisória, a juíza a quo consignou expressamente que, a despeito das alegações da defesa, o meirinho não só encontrou o endereço fornecido pelo réu como, inclusive, chegou a marcar horário para citá-lo. Todavia o réu não compareceu, deixando evidente a intenção de furtar-se à aplicação da lei penal.
4. O Supremo Tribunal Federal reputa que "*a prisão preventiva não é incompatível com esse postulado fundamental, mormente quando a aplicação da medida está alicerçada em elementos concretos*" (STF. HC 104139/SP. Rel. Min. Luiz Fux. 1ª Turma. DJe-172 08.09.2011).
5. As alegadas, mas não provadas condições pessoais favoráveis, não ilidem a manutenção da segregação provisória. Súmula 86, TJPE.
6. Ordem parcialmente conhecida e denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, figurando como partes as acima citadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão havida nesta data, à unanimidade, pela cognição parcial da ordem, e, na parte conhecida, pela denegação do *mandamus*, nos termos do relatório, votos e demais peças que passam a integrar o presente julgado. Recife, 03 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



32

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0004087-63.2014.8.17.0000 (0333.329-7)
Comarca: Recife
Juízo: 2ª Vara do Júri
Impetrante: Osmário Pereira de Lima Júnior
Paciente: José Marcos dos Santos
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto de Castro Campos

RELATÓRIO

Impetrou-se habeas corpus em favor de **José Marcos dos Santos**, denunciado por infração ao art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, nos autos do Proc. n. 0120616-80.2005.8.17.0001, em curso perante o Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife, ora indigitado autoridade coatora.

A inicial persegue a revogação da custódia cautelar aduzindo que o édito constritivo apenas se apoia no fato de o Paciente ter sido dado como foragido. Aduz que não subsistem os motivos elencados no decreto, eis que o Paciente se manteve no mesmo endereço desde o início do inquérito e não foi procurado por nenhum Oficial de Justiça, além de ter emprego fixo e registro junto ao INSS. Salaria que o acusado agiu em legítima defesa e que, atendidas todas as exigências legais para a concessão da liberdade provisória, haja vista as condições pessoais que lhe são favoráveis, esta se convola em um direito do réu e não mera faculdade do Juiz. Invoca o princípio constitucional da presunção de inocência para requerer seja concedida a ordem.

À inicial não foi acostado qualquer documento.

Ausente o pleito liminar, requisitei informações à juíza primeva (fl. 11), que as prestou por ofício de fl. 15, ressaltando que a prisão foi decretada por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, haja vista ter o Paciente fugido do distrito de culpa, criando obstáculos ao regular desenvolvimento da instrução criminal.

A Procuradora de Justiça, Dra. Janeide Oliveira de Lima, por parecer de fls. 23/27, opinou pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

VOTO

Inicialmente, destaco ser inviável, no estreito âmbito cognitivo do *habeas corpus*, perquirir sobre a ocorrência ou não de legítima defesa, face à necessidade de dilação probatória incompatível com a via *mandamus*.

Em que pese o parágrafo único do art. 310 do CPP elencar a legítima defesa como causa autorizadora da concessão de liberdade provisória, é imprescindível que esta se evidencie do próprio auto flagrancial, sem necessidade de contrapor as antagônicas versões constantes dos autos.

O confronto de provas é prerrogativa da instância primária, em sede de ação de conhecimento, observados o contraditório e a ampla defesa, vedada a antecipação da discussão nessa instância superior. Neste sentido:

"O habeas corpus constitui-se em meio impróprio para a análise de questões que exijam o reexame do conjunto fático-probatório como a alegação de ocorrência de flagrante preparado, tendo em vista a incabível dilação que se faria necessária." (STJ – HC 59666/TO – Rel. Min. Gilson Dipp).

Aferir se o Paciente agiu ou não amparado pela excludente da legítima defesa, portanto, é tarefa exclusiva do juízo *a quo*, por meio da regular instrução criminal, sendo defeso à Corte suprimir o mister do juiz da causa.

Isto posto, neste particular, **não conheço da impetração**.

Quanto às demais alegações, é certo que a precária instrução da inicial inviabilizaria a cognição da controvérsia, porém, os informes trazidos pela juíza suprem parcialmente a lacuna probatória, viabilizando o julgamento.

A Juíza primária fundamentou o édito prisional na conveniência da instrução criminal e na efetividade da aplicação da lei penal, tendo em vista que o Paciente não foi localizado pelo Oficial de Justiça para ser citado e também não respondeu ao chamado judicial quando citado por edital.

Acerca da impossibilidade de se presumir de plano a fuga do réu não localizado no endereço fornecido nos autos e citado por edital, eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

"as condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Assim, verificada a necessidade da prisão, inadmissível a revogação de custódia que atende aos requisitos legais, mormente porque não foram trazidos aos autos elementos idôneos para desconstituí-la.

Pelo exposto, voto pelo **conhecimento parcial do mandamus, e, na parte conhecida, pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator